



MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 22 ABRIL DE 2024

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2023

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35183**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 31.965/2024, remeteu a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. -----

---- O **Senhor Presidente** concedeu a palavra ao **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, o qual efetuou uma breve apresentação dos documentos em apreciação. -----

---- De seguida o **Senhor Presidente** teceu algumas conclusões sobre o referido documento
---- (Aprovado em minuta)” -----

----- De seguida, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** apresentou uma breve exposição no âmbito da matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Finda a apresentação, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, representante grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Gostaria de parabenizar o executivo pelos excelentes resultados referentes ao exercício de 2023. -----

Dizer ainda que iremos votar favoravelmente as contas do Ano Económico 2023. -----
Muito obrigado” -----



= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de deixar algumas notas em relação ao relatório e contas de 2023. Os documentos fornecidos estão conforme os critérios legais, comprovado pelo draft do ROC. Os resultados são, mais ou menos, muito similares aos últimos 6 anos. Aliás, o único parâmetro efetivamente cumprido foi o da receita liquidada, ou seja, do valor recebido. As despesas pagas têm uma execução de 80%, nomeadamente as despesas de capital que estão diretamente relacionadas com o investimento. -----

Na mensagem que o Senhor Presidente da Câmara leu, numa primeira fase, e que voltou a mencionar esse facto, o maior destaque vai sempre para o resultado líquido ser o maior resultado líquido de sempre. Eu comparo um bocadinho ao maior orçamento de sempre. Quando vemos as capas dos jornais, vemos sempre isso, quando é do orçamento. Todos sabemos o que aconteceu quando foi a discussão do orçamento, vimos o que acontecia aqui e em outros municípios em volta. -----

Quando falamos do resultado, melhor resultado líquido de sempre, há sempre a questão, voltamos a notar, que nós estamos a falar de uma empresa. Estamos a falar com o objetivo primeiro do lucro. Obviamente que nós queremos e gostamos muito de contas certas, mas entre isso e o objetivo primeiro e a vanglória do maior resultado líquido de sempre para nós não faz grande sentido. -----

E outra coisa que também não faz sentido, e acho que, por respeito aos ourensenses, também devia ter sido mencionado pelo menos na comunicação do Senhor Presidente da Câmara e nas palavras que disse em relação à apresentação técnica do Dr. Fernando Marques, é uma apresentação técnica. É o facto de estarem aqui no orçamento 12,5 milhões de cobrados de impostos, o volume mais alto de sempre. Teria ficado também bem uma palavra aos ourensenses, agradecendo o esforço por este aumento da cobrança de impostos. E tanto que nós solicitamos que a taxa de IMI fosse reduzida para o mínimo e que parte do IRS fosse devolvida aos ourensenses. Pelo que está aqui apresentado, isso era absolutamente possível. ----
Nestes termos, mantemos a coerência com os anos anteriores e com a posição da nossa Vereadora, vamos abster-nos neste ponto.” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “O Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município, referente ao ano económico de 2023, confirma mais uma vez a estratégia seguida por este executivo, de promoção e



desenvolvimento económico sustentável de todo o concelho, melhorando a qualidade de vida dos Oureenses, aliando sempre a uma gestão rigorosa e o equilíbrio das contas. -----

No ano de 2022 o executivo previu e elaborou o orçamento para o ano de 2023 que agora avaliamos a sua execução, revelando-se nessa altura um exercício difícil, em função dos efeitos deixados pela Pandemia e das consequências conhecidas da guerra na Ucrânia, que hoje, infelizmente, ainda perdura. -----

O impacto verificado e mais significativo no orçamento, foi o nível de inflação ainda elevado, o que impactou no aumento dos preços, nomeadamente, nos sectores da energia, alimentação, contratos em curso, despesas com pessoal e em despesas operacionais. -----

Sendo este um cenário adverso, apesar disso, o orçamento executado que agora avaliamos, cumpriu o rigor financeiro das contas certas, e o esforço ainda mais exigente na obtenção de um saldo positivo entre as receitas e despesas correntes, que se cifrou numa poupança de 11,6 milhões de euros, libertando assim meios financeiros da poupança corrente para o investimento, o que permite respeitar os compromissos assumidos e continuar a construir o futuro e o desenvolvimento do nosso Concelho. -----

Assim, importa referir outros aspetos relevantes da execução orçamental do exercício de 2023, os quais destacamos: -----

- O total das receitas liquidadas atingiram cerca de 63,1 milhões de euros o que representa um grau de execução orçamental da receita de 100,4%, incrementado especialmente, devido ao aumento do valor da Derrama e do IMT -Imposto Municipal sobre Transações, o que reflete a forte dinâmica empresarial do nosso Concelho, e que a todos deve orgulhar. -----

Ao contrário do que o partido Socialista apregoa, o aumento de impostos cobrados no concelho e que dependem de decisão do Município, são sobretudo resultantes do aumento da atividade económica do nosso Concelho e não do aumento de taxas praticado. -----

No que diz respeito ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, 17 dos 21 Municípios que compõem o distrito de Santarém aplicam uma taxa urbana superior, com particular relevo para os municípios de maior similaridade neste contexto geográfico, nomeadamente, Tomar com 0,35%, Torres Novas com 0,37% e Abrantes com 0,4%. -----

Relembra-se que o Município de Ourém manteve a sua taxa urbana em 0,31% dentro dos intervalos possíveis entre 0,3% a 0,45%, portanto, praticamente no limite inferior possível, o



que significa que este executivo abdica de um acréscimo potencial desta receita próximo dos 3 milhões de euros, se aplicada a taxa máxima. -----

Se fosse este o caminho, que definitivamente não o é, teria o Partido Socialista razão para afirmar “A maior carga fiscal de sempre”, mas que neste caso concreto, esta afirmação apenas poder-se-á aplicar ao último governo central Socialista. -----

- Quanto ao alívio da participação da taxa de IRS que, excecionalmente, o Partido Socialista propôs aquando da elaboração deste orçamento, contradizendo-se previamente, quando afirmou e cito “A manutenção da taxa de 5% é a que melhora defende a equidade e progressividade fiscal na sociedade” fim de citação, traduz-se num reduzido impacto monetário num cidadão padrão. -----

Deve referir-se também que quanto menor for o rendimento de um contribuinte, menor será a cobrança de IRS, e inclusive um número significativo de agregados familiares não paga IRS. ---

Ora com a possível redução da taxa como o Partido Socialista propunha, ainda com impacto reduzido, basicamente beneficiaria os agregados familiares com rendimentos mais elevados, anulando em parte o efeito prático do IRS, patente no agravamento progressivo das taxas aplicáveis para níveis de rendimento mais elevados. -----

Torna-se assim claro, que os grandes beneficiários de uma possível redução de taxa da componente variável de IRS, beneficiaria uma minoria dos Municípios de Ourém, no caso, com rendimentos mais elevados. -----

- Quanto à execução orçamental da despesa paga líquida, atingiu cerca de 46 milhões de euros o que representa um grau de execução de 80%, um valor acima dos 76% verificados no ano transato, o que demonstra uma melhoria continua na sua evolução, e que talvez não seja despidendo também a mitigação dos efeitos provocados pelo fim do tempo da Pandemia. -----

Como o Partido Socialista vem repetindo que este executivo apresenta um grau sofrível de cumprimento das despesas, somos obrigados a relembrar mais uma vez, que a média dos últimos 20 anos, em que se inclui a governação Socialista, foi de 72,6% muito abaixo do cumprimento que este executivo tem alcançado, demonstrando que este executivo tem tentando ultrapassar as dificuldades que a burocracia e os tramites legais impõe, nomeadamente, nos concursos públicos que atrasam o início dos investimentos previstos. -----



O Partido Socialista refere ainda, sucessivamente, e até á exaustão, que o executivo não consegue aplicar as receitas que cobra em despesas de investimentos em benefício dos Ourenses. -----

É falso o conteúdo desta afirmação reiterada tantas vezes pelo Partido Socialista, apesar de outras tantas vezes ter sido explicada e contrariada pelo Partido Social Democrata, bem como pelo Presidente, como facilmente se prova pela execução deste orçamento. -----

Os compromissos assumidos ao nível da despesa são cerca de 98% do valor do orçamento, isto quer dizer que são afetados em despesa corrente e despesa de investimento 98% do total do orçamento. -----

Ainda por outras palavras, isto quer dizer que 98% da despesa do Município está comprometida, tem uma finalidade, tem um projeto de investimento associado, e todos eles estão a ser executados quer seja em fase mais adiantada ou mais incipiente. -----

Aliás, está bem á vista dos Ourenses, os investimentos que estão a decorrer por todo o concelho e que outros seguir-se-ão, conforme espelha este relatório de contas aqui apresentado. -----

- O investimento direto Municipal foi de 16,3 milhões de euros, sendo que o investimento total, direto e indireto, fixou-se em 17,9 milhões de euros, nas mais diversas áreas da Educação, Saúde, Cultura, Desporto e tempos Livres, Habitação e Urbanismo, Freguesias, Defesa e Ambiente, Comunicações e Transportes, Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público ou como a Proteção Civil. O total de investimento foi superior em 32% relativo ao ano transato. -----

- O volume de pagamentos em atraso é inexistente, o que certamente permitirá transmitir maior confiança e segurança aos seus fornecedores e parceiros, permitindo, naturalmente, usufruir de preços mais competitivos e reduzir as suas despesas na contratação de bens e serviços. ----

- A dívida a terceiros a 31/12/23 situou-se na ordem dos 7,2 milhões de euros, muito abaixo do limite possível, dispondo o Município de uma folga de 39,4 milhões de euros face ao limite legal previsto. -----

Esta margem na capacidade de endividamento que hoje o Município goza, advém do rigor da gestão das contas publicas e da estratégia que este executivo traçou e cumpre desde o seu primeiro mandato, e que nos deve orgulhar a todos. -----

O contexto político que se vive hoje a nível Nacional e em alguns caso do Poder Local, onde impera populismos irresponsáveis e demagógicos, em que todos querem retirar dividendos políticos e eleitorais a qualquer preço, poderia levar a uma estratégia local de endividamento, ainda que legítima do Município, cujo investimento alavancaria, avolumando ainda maior obra feita, contudo, não é esse o posicionamento do atual Município, e portanto, saúda-se com apreço o sentido de responsabilidade deste executivo, na adoção de uma estratégia pautada pela prudência, equilíbrio e gestão eficiente, não colocando em risco a saúde financeira do Município, apesar do elevado investimento. -----

- É de salutar também uma melhoria dos indicadores de rendibilidade, resultante de um resultado líquido positivo de 3,1 milhões de euros, quando em 2022 foi de 815,8 mil euros, ou seja, uma subida de 2,3 milhões de euros. -----

A este propósito, fazendo uma comparação do Resultados Líquido do exercício desta coligação na gestão do Município dos últimos 6 anos, cujo o valor perfaz cerca de 3 milhões de euros positivos, e que contrasta com cerca de 27 milhões de euros negativos, dos últimos 8 anos de governação Municipal Socialista. -----

- O total de investimentos dos últimos 8 anos de governação Municipal Socialista perfaz cerca de 68 milhões de euros, que compara com um total de investimento desta coligação em apenas 6 anos de gestão Municipal, de cerca de 71 milhões de euros, ou seja, esta coligação em 6 anos tem já um volume de investimento no nosso Concelho superior aos 8 anos de governação Socialista. -----

Fazendo um sumário e um balanço da prestação de contas e relatório de gestão do Município, referente ao ano económico de 2023, podemos concluir o seguinte: -----

- Superação do grau de execução orçamental em 100,4% das receitas liquidadas, sem aumento de impostos; -----

- Grau de execução orçamental ao nível da despesa paga e executada de 80% e que contrasta com um grau de execução de 72,6% dos últimos 20 anos, em que se inclui a governação Socialista; -----

- Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos de 98% do orçamento, ou seja, 98% das receitas geradas pelo Município estão comprometidas a projetos e atividades em prol do desenvolvimento e bem-estar dos Ourenseiros, o que desmascara a narrativa do partido socialista, em que afirma que o executivo revela dificuldade em cumprir com os compromissos;



- Nível elevado de investimento não apenas deste exercício, como também dos últimos 6 anos deste executivo, ultrapassando já o nível de investimento dos últimos 8 anos de governação Socialista; -----

- Endividamento e o Passivo corrente do Município continua a ser marginal, tal como o Balanço e Demonstrações de Resultados, indica que as contas do Município respiram boa saúde económico-financeira, afirmações do Partido Socialista. -----

Em conclusão, se o volume de investimento é dos mais elevados de sempre, se o conjunto de resultados e indicadores económico-financeiros são bons, aliás, partilhado pelo Partido Socialista, e como o próprio Presidente de Camara Municipal afirma na sua informação de hoje, "da conjugação de todos estes dados, resulta o melhor resultado alguma vez alcançado por um executivo" fica então a pergunta ao Partido Socialista o que falta nesta prestação de contas para que este as vote favoravelmente? -----

Adivinhando a resposta, talvez o único motivo seja simplesmente porque a execução não é do partido Socialista. -----

Assim a bancada do PSD votará favoravelmente a Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município referentes ao ano económico de 2023, não por ser do executivo PSD/CDS, mas sim pelos resultados das políticas publicas desenvolvidas e dos resultados económicos e financeiros alcançados." -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: "O que poderia dizer ficou expresso nesta última declaração do PSD, que eu acho que diz tudo sobre aquilo que vamos agora votar, especialmente, e permitam-me dizer isso, na comparação do investimento de 6 anos com 8 anos do Partido Socialista, onde já ultrapassamos esse valor, o que significa que se continuarmos com esta média, chegaremos ao fim deste mandato, comparativamente com números iguais, com mais de 40 milhões de euros a mais, comparativamente aos executivos socialistas. -----

Muito obrigado." -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 05 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA; 27 VOTOS A FAVOR – 21 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL



**PARTIDO SOCIALISTA, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA –
32 PRESENCAS** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, representante grupo municipal MOVE, apresentou a seguinte declaração de voto: “Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, gostaria de deixar algumas notas que passo a explicar. -----

A primeira, tem a ver com um facto muito complexo. Independentemente da forma como é apresentada a exposição feita pelo Dr. Fernando Marques, eu pessoalmente aprendo sempre alguma coisa, achando muito útil que venham aqui ser prestados estes esclarecimentos porque, tento sempre estar com alguma atenção, aprendendo alguma coisa. a verdade é que saio sempre daqui com um pouco mais de conhecimento acerca destas questões que são sempre, como disse, complexas. -----

Também dizer que um relatório de gestão e contas é sempre um documento igualmente complexo. Estamos a falar de um relatório com mais de 500 páginas, estamos a falar de uma prestação de contas com mais de 1000 páginas, portanto, tal como o deputado Nuno Baptista costuma dizer, e bem, nós não somos especialistas na matéria, não somos políticos profissionais de profissão e alguma vez haverá um momento em que nos confrontamos com algumas dúvidas. Por isso, retomo a questão inicial, é sempre útil aprendermos com quem sabe mais do que nós. -----

Em relação ao relatório, propriamente dito, dizer que é sempre difícil fazer uma gestão de receitas e despesas. Sabemos sempre que um orçamento é a dificuldade de puxar a “manta” de um lado e ela acaba por destapar o que tiver de destapar do outro lado. -----

Gerir um orçamento é sempre uma decisão, um processo de escolhas e, portanto, em determinados projetos ou investimentos, há de haver sempre alguém que fica descontente, porque, como digo, a “manta” não chega para tapar tudo, os recursos são escassos. E o MOVE, este ano, reconhece o esforço que o executivo tem tido na apresentação de contas e, portanto, com isto dizer que este ano, excecionalmente, mas enfim, digamos assim, dando um voto de confiança ao executivo, aprovaremos as contas, dando um voto de confiança, esperando que o esforço de investimento, de concretização daquilo que está planeado para o futuro e que está em curso, que possa ser concretizado e que, daqui por um ano, tenhamos resultados como estes, em termos de contas da Câmara Municipal. -----



Este será o meu sentido de voto, desejando as maiores felicidades daqui para o futuro. -----

Muito obrigado.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 22 de abril 2024 -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,